

Os deputados na edificação do Socialismo

Interiorizar a necessidade de prestar contas das actividades e responsabilidades

— Presidente Samora Machel na sessão solene de abertura da 4.ª Sessão da Assembleia Popular

Na abertura solene da 4.ª Sessão da Assembleia Popular o Presidente Samora Machel fez um importante discurso, onde falou dos objectivos da sessão, afirmando que, para além da análise da vida e comportamento dos deputados, aquele órgão iria ouvir a prestação de contas pelos sectores de actividade do Estado. Este discurso, que foi demoradamente aplaudido por todos os deputados e convidados presentes, foi incluído na agenda de trabalhos da 4.ª Sessão da Assembleia Popular. Segue-se o texto do discurso na íntegra.



Presidente Samora Machel lendo o discurso de abertura da 4.ª Sessão da Assembleia Popular

de meios para aumentar e melhorar a circulação em quantidade e qualidade dos bens essenciais às populações.

Por sua vez a Educação é um sector que directa ou indirectamente se reflecte na vida de todos os cidadãos. Todos estamos envolvidos na batalha da educação porque dela depende a materialização dos nossos objectivos. Por isso se deve atribuir grande prioridade a este sector tanto na afectação de meios materiais como de recursos humanos, porque se não alcançarmos a vitória na batalha da educação e formação do homem novo, não será possível a vitória da Revolução. Devemos analisar a situação actual da educação no nosso país, debruçarmo-nos sobre os sucessos e dificuldades que se enfrontam, decidindo o caminho a tomar.

Um dos pontos da agenda será a exposição aos Deputados, da situação educacional do nosso país feita pelo Ministério da Educação e Cultura.

Outro sector que será objecto de particular atenção é o Plano. O Plano é o instrumento fundamental de coordenação e direcção da nossa política económica e a criação da Comissão Nacional do Plano correspondeu a uma exigência do nosso próprio crescimento.

A Assembleia Popular deverá ser informada pelo Ministro do Plano da situação dos sectores económicos prioritários da nossa economia, bem como dos princípios e a metodologia que regerá a elaboração em curso do Plano Estatal Central 1977/80.

Os Deputados inteirar-se-ão de maneira detalhada da nossa economia, dos fracassos e dos sucessos registados no cumprimento das metas fixadas pelo III Congresso.

Esta 4.ª Sessão será também chamada a apreciar e ratificar as Leis entretanto promulgadas pela Comissão Permanente da Assembleia Popular, que enumeramos:

- Lei dos Crimes contra a Segurança do Povo e do Estado Popular;
- Lei que institui o Tribunal Militar Revolucionário;
- Lei Orçamental para 1979;
- Lei da Organização Judiciária;
- Lei dos Órgãos Centrais de Direcção Estatal;
- Lei sobre os Desvios dos Bens do Estado, do Partido e das Organizações Democráticas de Massas;
- Lei sobre a Polícia Popular de Moçambique;
- Lei do Recenseamento Geral da População.

A Assembleia deverá também pronunciar-se sobre os Tratados de Amizade e Cooperação assinados com a República Popular de Angola, com a República Popular da Bulgária, com a República Democrática Alemã, e com a República Socialista da Roménia. Esses tratados, assinados por ocasião das visitas dos Chefes de Estado desses países amigos à República Popular de Moçambique, constituem instrumentos valiosos para a consolidação das relações fraternais e de amizade que unem a República Popular de Moçambique a aqueles países.

Senhores Deputados,

Nesta sua 4.ª Sessão, a Assembleia Popular irá discutir novas propostas de Lei.

Será analisada a proposta de Lei sobre o Comércio Privado, cuja necessidade há muito se fazia sentir. Essa Lei tenta responder concretamente à decisão da 4.ª Sessão do Comité Central de se regulamentar essa actividade com o objectivo de complementar e

estender a rede comercial a todo o País, particularmente às zonas rurais e fronteiriças.

As propostas da Lei de Terras e da Lei do Arrendamento serão também apresentadas para aprovação nesta sessão.

A primeira regulamenta o uso e aproveitamento da terra, a segunda, a utilização do Parque Imobiliário do Estado.

Estes documentos materializam o princípio da valorização das nacionalizações, conquistas fundamentais do nosso Povo, que exige defender.

Esta sessão irá criar Comissões de Trabalho em vários sectores como forma de responsabilizar os deputados, individual e colectivamente, na realização de tarefas específicas.

Senhores Deputados,

Embora este ponto não figure na agenda dos nossos trabalhos, não podemos deixar de referir, ainda que de forma breve, a evolução dos acontecimentos na África Austral e particularmente no Zimbábue.

Presenciamos actualmente a uma maior agressividade das potências imperialistas na tentativa de submeter o Povo do Zimbábue à solução fantoche do chamado Acordo Interno. Os círculos mais agressivos do capitalismo ocidental, agem no sentido de reconhecer o reconhecimento do governo saído da farsa eleitoral montada pelo regime rebelde e racista de Zimbábue. O objectivo é o de institucionalizar o regime colono, negando todas as conquistas da luta armada, e falseando a verdadeira libertação com a ajuda de um punhado de renegados e traidores.

A multiplicação de agressões aos países vizinhos e de manobras tendentes a dividir a Frente Patriótica, visa conferir à luta armada uma aparência de guerra civil em que, seguramente, todo o poderio de destruição e subversão do imperialismo poderá ser abertamente colocado à disposição dos fantoches sem a condenação resolutiva da comunidade internacional.

A República Popular de Moçambique denuncia firmemente as grosseiras manobras dos racistas em desespero, saúda as vitórias das forças combatentes do Zimbábue e reafirma a sua solidariedade para com o heróico povo irmão do Zimbábue que, de armas na mão, recusa a capitulação humilhante da traição e abre o caminho da verdadeira libertação.

Senhores Deputados,

O ano de 1979, em curso, foi definido internacionalmente como o ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA. Todo o nosso povo assumiu e comemorou o acontecimento.

Temos consciência de que, o futuro das nossas crianças está directamente ligado aos nossos sucessos na consolidação das nossas conquistas revolucionárias.

Acelerar a edificação da sociedade nova, a sociedade socialista, é a melhor homenagem que podemos render às nossas crianças neste Ano Internacional da Criança.

As Leis e Resoluções que iremos aqui estudar e aprovar, constituirão passos seguros e decisivos no nosso avanço imparável, na consolidação das nossas conquistas, na construção do socialismo. É nesta convicção que

Declaro solenemente aberta a 4.ª Sessão da Assembleia Popular.

A LUTA CONTINUA!

Senhores Deputados, Caros convidados,

É sempre com grande alegria e profunda emoção que saudamos os Deputados presentes, os representantes de todo o Povo do Rovuma ao Maputo. Sejam bem-vindos!

Saudamos também os ilustres convidados a esta sessão, vindos dos diversos sectores da nossa actividade económica e social.

Esta nossa sessão ocorre cerca de dois anos após a constituição da Assembleia Popular. Dois anos em que demos passos importantes na reconstrução nacional. Dois anos em que realizámos progressos apreciáveis na criação das bases materiais e ideológicas para a edificação da sociedade socialista.

As exigências da presente fase cometem a esta Assembleia particulares responsabilidades no processo de consolidação das nossas conquistas revolucionárias.

É essencialmente esse o objectivo das propostas e resoluções que somos chamados a discutir nesta sessão.

Estamos certos de que a experiência já adquirida nos será de extrema utilidade na análise do trabalho realizado, na correcção de objectivos e no melhoramento dos nossos métodos.

Entendemos contudo que há necessidade de aprofundar e enriquecer essa nossa experiência, a nível do trabalho colectivo e do conhecimento mútuo entre os Deputados. Procuraremos por isso fazer com que esta nossa sessão constitua já por si um momento de formação e de educação.

Os ensinamentos que colhemos da IV Sessão do Comité Central dão-nos a convicção de que também a nível da Assembleia Popular só estaremos à altura de colectivamente assumirmos as nossas responsabilidades se cada um de nós possuir as qualidades que exige o alto privilégio de ser representante do nosso Povo.

Por isso dedicaremos parte desta sessão à análise da vida e comportamento dos Deputados. Será uma forma de nos conhecermos melhor, de apoiar e ganhar companheiros, de afastar do nosso seio aqueles que não assumiram na prática do seu quotidiano os valores da Revolução, aqueles que ainda não estão em condições de criar o pensamento comum.

Queremos também que cada um de nós interiorize a necessidade de prestar a este órgão contas das suas actividades e responsabilidades.

O princípio da prestação de contas que iremos agora começar a implementar de uma forma sistemática, é uma necessidade ligada à responsabili-

zação individual e colectiva de cada e de todos os Deputados.

Esta sessão da Assembleia Popular, pelas características novas que irá assumir, pelos princípios e métodos de trabalho que irá adoptar, constituirá, estamos certos, um salto qualitativo no desenvolvimento da nossa consciência de cidadãos construtores do socialismo.

Senhores Deputados,

Importa que a Assembleia Popular, nosso órgão máximo do poder de Estado, seja informada de como estão a ser implementadas as decisões do III Congresso, as decisões do Comité Central e as suas próprias decisões.

Neste sentido e na impossibilidade prática de serem prestadas contas da actividade de todos os sectores do Estado, iremos propor que sejam ouvidos apenas alguns sectores, dado o carácter de prioridade em debater os problemas que neste momento nos afectam.

O Ministério da Agricultura, responsável pela actividade produtiva que constitui a base do nosso desenvolvimento económico é garantia da nossa vitória contra a fome e a nudez. A Assembleia Popular deverá ser informada do estado de realizações das decisões dos órgãos supremos do Partido e do Estado que lhe competem, bem como das perspectivas para o seu cabal cumprimento.

A Comissão Nacional das Aldeias Comunaes foi criada por orientação do III Congresso da FRELIMO e constitui, em estreita ligação com todos os Ministérios e Governos Provinciais, um instrumento valioso e necessário de coordenação e direcção da organização da vida no campo.

A Assembleia precisa de se inteirar da situação real do processo de implementação das Aldeias Comunaes, das dificuldades e das perspectivas de as superar e particularmente das acções levadas a cabo para concretizar as decisões do Partido e do Estado, nomeadamente as da IV Sessão do Comité Central.

O abastecimento eficaz das populações em bens essenciais e o escoamento dos seus excedentes de produção, constituem importantes factores de mobilização do camponês no aumento da produção. Respondem também à obrigação de fazer chegar às zonas rurais, sobretudo às antigas zonas libertadas, os benefícios materiais da Independência.

O Ministério do Comércio Interno como estrutura responsável, irá apresentar a esta Assembleia os passos já dados na coordenação e racionalização



Interiorizar a necessidade de prestar contas das actividades e responsabilidades à Assembleia Popular foi um dos vários pontos referidos pelo Presidente Samora Machel no seu discurso de abertura da 4.ª Sessão da Assembleia Popular